

# Por um choque gerencial

Prosseguem as divergências entre os Ministérios da Fazenda e da Saúde. Depois de uma troca pública de acusações sobre os repasses de verbas, a questão, agora, está relacionada às Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), conforme informou este jornal em sua edição de ontem. De acordo com a notícia, a disputa teve origem com a divulgação dos dados do censo de 1991. É que a definição do número de autorizações e da verba correspondente é feita com base num cálculo estatístico relativo à população e às internações realizadas no passado. Como o censo apurou que a população brasileira é menor do que as estimativas sugeriam em cerca de 4 milhões de habitantes, haveria um excesso de autorizações de 400 mil. Para o Ministério da Saúde, independentemente da população total, o número das autorizações corresponde às necessidades.

O mais provável é que ambos os ministérios tenham certa razão. O problema não estaria em saber se o número das autorizações previstas corresponde à demanda ou não. É provável que a demanda seja ao mesmo tempo inflada pelas fraudes e inferior às necessidades reais da população. Seja como for, o primeiro aspecto a considerar são a precariedade das estatísticas e a demora na consolidação dos dados do censo, assunto que foi objeto de editorial na semana passada. Se as estatísticas fossem confiáveis e estivessem disponíveis com uma defasagem menor que a atual entre a coleta e sistematização dos dados, muitos erros e desperdícios seriam evitados.

O Brasil gasta pouco e mal em saúde. A situação é pior que na área da educação onde os gastos são elevados, mas o desperdício enorme e a produtividade baixa. Há claras evidências de que as fraudes e todo tipo de irregularidade sejam muito grandes nos serviços de assistência médico-hospitalar no País. A questão também foi abordada em editorial recente no qual se defendeu a municipalização dos serviços como forma de aperfeiçoar o sistema.

Não se trata de colocar sob suspeita os

hospitais e demais instituições de saúde públicas ou privadas. Mas é evidente que as falhas na estrutura do sistema de saúde e as deficiências nas áreas de fiscalização e controle favorecem a ocorrência de irregularidades. Não há por que supor que o sistema de saúde estivesse imune a esses problemas quando se sabe que a paulatina desorganização do setor público brasileiro fez com que enormes somas de recursos fossem desviadas ou simplesmente sonegadas em duas das áreas governamentais que lidam com maior volume de recursos: a Previdência Social e a Receita Federal.

Embora haja quem atribua parte da responsabilidade pela falta de recursos para a saúde à forma como o ex-ministro da Previdência Antônio Britto administrou as verbas do setor, a verdade é que o problema é mais complexo. Em primeiro lugar, não seriam os repasses da Previdência que teriam resolvido as dificuldades do Ministério da Saúde. Além disso, tanto Britto quanto seu antecessor, Reinhold Stephanes e seu sucessor, Sérgio Cutolo, assim como o ex e o atual secretário da Receita, têm demonstrado que o drama da administração pública brasileira, em particular no que diz respeito à aplicação dos recursos, está no aspecto gerencial.

Deveria estar mais que evidente para as lideranças políticas brasileiras que é na gerência dos órgãos públicos que está a origem das deficiências dos serviços a que a população tem direito e pelos quais paga indiretamente um preço absurdo. Não basta que os titulares dos ministérios e demais organismos estatais sejam pessoalmente íntegros ou tecnicamente habilitados. A administração pública brasileira precisa urgentemente de um "choque de gerência". Administradores competentes poderiam, mesmo com a escassez de recursos que o esforço por estabilizar a economia impõe, melhorar consideravelmente os serviços de saúde e educação, reduzindo as fraudes e os desperdícios, aumentando a produtividade e proporcionando melhores benefícios à população. Com a palavra os candidatos.